LEI N $^{\circ}$ 933 DE 06 DE MARÇO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JURACY DA COSTA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapará, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapará aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Contadoria Municipal, créditos especiais relativo à Pavimentação Asfáltica no bairro Mombuca, no valor de R\$ 352.967,92 (trezentos e cinqüenta mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos) destinado à suplementar as dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob números:

 $\$1^{\circ}$ - O valor de R\$ 222.857,14 do presente crédito será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do \$ 1 °, inciso II do artigo 43 da Lei Federal n ° 4320/64, através de repasse do convênio.

- $\$2^{\circ}$ O valor de R\$ 130.110,78 do presente crédito será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1 °, inciso II do artigo 43 da Lei Federal n ° 4320/64, através das receitas correntes.
- Art. 2° Fica autorizado a suplementar por Decreto as dotações criadas e Autorizadas nessa Lei, quando houver necessidade de aditamento, nos termos e limites da Lei de Licitações Lei n° 8.666 de 21 de Junho de 1993.
- Art. 3°- Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder às alterações e inclusões no respectivo projeto e nos anexos da Lei n.º 835 de 21 de Dezembro de 2017 que aprovou o PPA 2018_2021, a Lei n.º 927 de 20 de Dezembro de 2019 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2020 e a Lei n.º 926 de 20 de Dezembro de 2019, que estabeleceu a Lei Orçamentária Anual relativamente ao Exercício de 2020.
- Art. 4° Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal n°. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas Projeto Audesp.
- Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS 06 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.

Publicada, registrada e afixada no Paço da Prefeitura Municipal na data supra.

JURACY COSTA DA SILVA

Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração